



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66972 - MG (2021/0231548-8)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE : JOAQUIM AUGUSTO LEITE
ADVOGADOS : JOAO MARCOS ARAUJO TOME - MG158063
JOSE CARLOS TRINCA ZANETTI - MG101976
THIAGO RAMALHO DE REZENDE ARANTES - MG168553
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARIO EDUARDO GUIMARAES NEPOMUCENO JUNIOR -
MG102604

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por JOAQUIM AUGUSTO LEITE, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 33 e seguintes da Lei nº 8.038/90 contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS que denegou o *writ*.

O recorrente esclarece ser Oficial Titular do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Alpinópolis/MG e está sofrendo processo administrativo disciplinar pelos fatos apurados no PAD, Portaria n. 022/2019, onde supostamente teria deixado de praticar ato de seu ofício, com falta de seu dever funcional, consistente em não registrar/averbar hipoteca regularmente constituída em escritura pública de convênio de limite rotativo de crédito com garantia hipotecária, celebrada entre a Cooperativa dos Ruralistas de Alpinópolis – COORAL e o Banco ITAU S/A, e, em troca, teria recebido um veículo automotor, registrado em nome de seu genro.

Assevera a existência de nulidade do acórdão impugnado, tendo em vista a ausência de manifestação do Tribunal no tocante à alegada violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, em razão da juntada de prova emprestada sem a concordância da defesa e da juntada de documento, depois da última manifestação defensiva, em função do qual baseou-se a autoridade coatora para sugerir a aplicação da pena mais gravosa.

Requer “seja o presente recurso ordinário conhecido, para no mérito, ser-lhe dado provimento, para que, diante da falta de fundamentação do v. acórdão objurgado, o que acarreta sua indefectível nulidade, impõe-se seja ele cassado por essa Colenda Corte Superior, determinando-se a baixa dos autos à origem, a fim de que um novo julgamento seja proferido”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O recorrente não comprovou o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar confunde-se com o próprio

mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência